

960.483-9-01	LILIAN SANDIN BOEING	01/07/2021
--------------	----------------------	------------

SMS-Seara

MATRICULA	SERVIDOR	DATA DE INICIO
962.797-9-01	CLERIAN SUELI LOHMANN	02/04/2018

SMS-Taió:

MATRICULA	SERVIDOR	DATA DE INICIO
962.684-0-01	DEBORA LEIA GRAF EICHSTADT	02/04/2018

SMS-Tijucas:

MATRICULA	SERVIDOR	DATA DE INICIO
175.393-2-01	ELOIR JOAO REIS	21/07/2017

SMS-Timbó:

MATRICULA	SERVIDOR	DATA DE INICIO
962.859-2-01	MURYEL CRISTIANE DALLABRIDA VARGAS	02/04/2018

SMS-Urubici:

MATRICULA	SERVIDOR	DATA DE INICIO
399.082-6-02	CRISTIANI IRENE MARTINS MENDONÇA	01/03/2014

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 789979

PORTARIA nº. 1379 – 17/12/2021.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 106, §2º. da Lei Complementar nº. 741, de 12/06/2019 e Processo SES 192329/2021, **RESOLVE DESIGNAR** a servidora **ANDREA CRISTINA DA COSTA ABREU**, matrícula nº. 0377505-4-01, para responder pelo expediente da Gerência de Gestão de Pessoas, no período de 03/01/2022 a 21/01/2022, durante usufruto de férias do titular, **KLAUSER MICHELS**, matrícula nº. 373.193-6-01.

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 790009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDENCIA DE VIGILANCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

NOTIFICAÇÃO DA DIRETORIA/GEIMP/DIALI Nº. 051/2021

A Diretora de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e considerando o disposto, no Arts. 12 e 30 da Lei Estadual Nº 6.320/1983; e os Art. 29 caput do Decreto Estadual Nº 23.663/1984 torna pública a **INTERDIÇÃO POR MEDIDA CAUTELAR do produto constante no ANEXO I:**
ANEXO I

PRODUTO/MARCA	EMPRESA	MOTIVO DETERMINANTE
ÁGUA MINERAL NATURAL – SEM GÁS Marca SANTA CATARINA Fab: 11/10/2021 Val: 11/10/2022 Lote: 11110/21	Fonte Santa Catarina da Alexandria Água Mineral Santa Catarina Ltda Rua Jacob Vilain, s/n – Guarda do Cubatão – Palhoça/SC CEP 88036700 CNPJ 83.560.763/0001-14	Produto em desacordo com a legislação, considerado de QUALIDADE INACEITÁVEL, conforme laudo de análise n. 1000.1P.0/2021 LACEN/SC, modalidade Orientação, por apresentar Presença de <i>Pseudomonas aeruginosa</i> em 250 ml, em desacordo com o estabelecido pela IN/ANVISA nº 60/2019..

- 1-Determinar aos órgãos competentes da Vigilância Sanitária das Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Santa Catarina, que fiscalizem os estabelecimentos de comércio de alimentos para verificar o cumprimento da referida notificação.
- 2-Determinar aos locais de comércio que retirem o produto da exposição ao consumidor.
- 3-O não cumprimento do disposto nesta Notificação configura infração de natureza sanitária, com sanções previstas na Lei Estadual nº. 6.320/1983.

4-Esta Notificação entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Florianópolis, 21 de dezembro de 2021.

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj
Cod. Mat.: 789689

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 36568/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ 05.531.725/0001-20, a penalidade de MULTA no valor R\$ 7.717,40 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 6295/2020 – Edital nº 2924/2019.

Cod. Mat.: 789845

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2021TR000158.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux, com sede no Município de Brusque. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2021TR000158 fica prorrogado até 28 de fevereiro de 2022, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 20 de dezembro de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Nélio Roberto Schwanke, pelo Hospital.

Cod. Mat.: 789850

Segurança Pública

PORTARIA Nº 118/SSP de 20.12.2021
A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria nº 001/SSP de 04.01.2021, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.430 de 06.01.2021 e nos termos do art. 67 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve **DESIGNAR** o Sr. **RICARDO SARTORI** - matrícula 926723-9 como fiscal e o Sr. **DANIEL HENRIQUE RODRIGUES** – matrícula 926640-2 como seu suplente, para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 110/SSP/2021, (Processo SGP-e SSP 5429/2020), oriundo do Pregão Eletrônico nº 049/SSP/2021.
LUCIANA DA SILVA PINTO MACIEL
Diretora-Geral
Secretaria de Estado da Segurança Pública
Cod. Mat.: 789914

Polícia Civil

DECISÃO
Trata-se da análise de possível aplicação das penalidades previstas pela legislação pertinente, in casu, a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, combinada com o Decreto Estadual nº 2.617/2009 e Autorização de Fornecimento nº 432/SECOM/2019, em desfavor 21.636.077/0001-22. O objeto da aquisição foi o fornecimento de Totem de Autoatendimento, modelo Marte, composto por: estrutura de aço carbono; monitor 18.5" touch screen, teclado antivandalismo em aço com mouse integrado, impressora térmica com guilhotina 80mm, mini PC Dual Core 4GB RAM E SSD 128Gb, leitor biométrico, porta USB e webcam C270.A empresa entregou com atraso os produtos adquiridos por meio da Autorização de Fornecimento acima indicada, já que a AF foi enviada à Empresa contratada em 06/12/2019 e o produto entreguem em 26/02/2020, considerando que o prazo de entrega deveria ocorrer em 20 dias. Devidamente notificada para apresentar

sua defesa, a contratada alega que por conta da pandemia que assola a comunidade mundial, que ocasionou a falta de matéria prima nas indústrias, culminada com a data da emissão da AF – em dezembro, período que as empresas entram em recesso, e período em que há maiores pedidos das empresas públicas e privadas, não foi possível cumprir o prazo disposto na Autorização pertinente. Sabemos que em se tratando da aplicação de sanções pela Administração Pública, não há que se falar em discricionariedade por parte do agente público que, diante do descumprimento contratual, possui o dever de penalizar o particular infrator ante o risco de ser responsabilizado pessoalmente.No entanto, como asseverado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ (REsp 914.087/RJ, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/10/2007, DJ 29/10/2007, p. 190), deve ser analisada a questão referente à possível penalidade aplicada ao contratado pela Administração Pública, e desse modo, o art. 87, da lei 8.666/93, com base na razoabilidade, adotando, entre outros critérios, a própria gravidade do descumprimento do contrato, a noção de adimplemento substancial, e a proporcionalidade.Assim, em se tratando de aplicação de penalidade, alguns princípios fundamentais do Direito Penal devem ser observados, notadamente o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, considerando a gravidade da falta cometida e os prejuízos advindos do inadimplemento contratual, bem como da culpabilidade, considerando se alguma conduta da empresa contratada desencadeou o descumprimento do contrato firmado.De fato prejuízos sempre existem, ainda que ínfimos, no entanto, não há como mensurar objetivamente o gasto específico da administração correspondente ao atraso constatado. Por outro lado a falta do equipamento não gerou transtornos de ordem grave. Não houve prejuízos significativos à Polícia Civil. Ressaltamos que a empresa contratada não praticou atos que ensejassem o inadimplemento do contrato. Ademais sabemos que a explanação da contratada é verídica, já que os efeitos da pandemia e a greve dos correios são fatos públicos e de amplo conhecimento.Ademais, são produtos complexos de serem fornecidos, já que não existem disponíveis no mercado, pois são equipamentos personalizados, com funcionalidades específicas. Assim sendo, não há que se falar em culpa, pois nitidamente a empresa não contribuiu para que o contrato não fosse cumprido e, nesse contexto, o princípio da proporcionalidade avulta-se como meio de garantir que a penalidade aplicada pelo gestor público seja condizente com a severidade da violação contratual praticada, de modo que as sanções mais graves sejam aplicadas apenas às condutas mais reprováveis. Diante disto, com fundamento nos artigos 87, I da Lei nº 8.666/93, arts. 108, I e 109, do Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços – SAGMS, aprovado pelo Decreto nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, Autorização de Fornecimento nº 432/SECOM/2019 e na observância da Orientação Técnica nº 004/2010 da Secretaria de Estado da Fazenda, DETERMINO a APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA, a ser publicada no Diário Oficial do Estado e anotada nos registros cadastrais da empresa contratada. Fixada a penalidade, encaminho o presente processo para pagamento. Após remeta-se à Gerência de Licitações e Contratos para que seja providenciada a publicação da decisão no Diário Oficial do Estado e, ato contínuo, seja notificada a empresa por escrito e com aviso de recebimento, concedendo o prazo recursal de 05 dias úteis, nos termos do art. 109, I, “f” da Lei nº 8.666/93.Findos os trâmites administrativos acima sem oposição de recursos, proceda-se a publicação da advertência, em cumprimento ao que dispõe o art. 117, do Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009. É a decisão. Florianópolis, 26 de fevereiro de 2021. VALÉRIO ALVES DE BRITO Delegado de Polícia Diretor de Administração e Finanças
Cod. Mat.: 789732

POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA – PCSC – EXTRATO DE ADITIVO DE TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA: Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica nº 2020TN001230. **PARTÍCIPES:** O Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil de Santa Catarina – PCSC, o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMREC – CIM, e o Município de Criciúma, com interveniência da Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma. **CLÁUSULA PRIMEIRA:** Fica alterada a cláusula nona do termo de cooperação técnica passando a vigorar com o seguinte teor: **CLÁUSULA NONA:** O prazo de vigência do presente termo de cooperação técnica fica prorrogado por mais 12 meses, a contar de 01 de janeiro de 2022, condicionada sua eficácia à publicação legal. **CLÁUSULA SEGUNDA:** Ficam ratificadas, em todos os seus termos, as demais cláusulas do termo de cooperação técnica original. **DATA:** 21 de dezembro de 2021. **SIGNATÁRIOS:** Marcos Flávio Ghizoni Júnior, pela PCSC, Agenor Coral, pelo CIM-AMREC, Clésio Salvaro, pelo município de Criciúma, e Acélio Casagrande, pela Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma.
Cod. Mat.: 789750